

R. Alves

CNBB
PASTORAL DO MENOR

Pastoral do Menor, 30 anos de história!



*A serviço da vida de
crianças e adolescentes*

**"Quem acolhe a um destes pequeninos
em meu nome, a mim acolhe"
(Mc 9,37)**

**VI ASSEMBLÉIA NACIONAL DA
PASTORAL DO MENOR**

RELATÓRIO DOS OLHARES

26 - 31 de Maio de 200
Cachoeira do Campo - MG

RELATÓRIOS ASSEMBLÉIAS REGIONAIS

CONTRIBUIÇÕES DA PAMEN NOS OLHARES: Político, Social, Jurídico e Eclesial

1. OLHAR ECLESIAL.

Contribuições:

- Ajudar na formação dos(as) religiosos(as);
- Contribuição dos(as) religiosos(as) na Pastoral;
- Contribuição na formação dos leigos(as);
- Parcerias com Congregações Religiosas;
- Parceria com os seminários (Diocesano, Jesuíta e Redentorista);
- Favorecimento da fé encarnada no projeto de Jesus Cristo;
- Participação em missas/celebração comunitária e mística, via-sacra do Menor; Promoção e participação em estudos bíblicos;
- Abrço da Catedral;
- Articulação com as Pastorais Sociais;
- Vínculos com as paróquias e Cebs;
- Fortalecimento dos trabalhos ecumênicos/diálogos inter-religiosos;
- Priorização da opção preferencial pelos pobres;
- Participação no Grito dos Excluídos, Semanas Sociais e Curso de Verão; caminhada pela paz;
- Acolhimento e participação da Unidade da Pastoral com a Igreja;
- Vivência da Mística do Bom Pastor;
- Formação de coral para Celebrações Litúrgicas;
- Formação de grupos para catequese, batismo e crisma;
- Nascimento da PaMen Nacional
- Campanha da Fraternidade "Quem acolhe..."
- I Encontro Nacional de Articuladores
- Realização de Assembléias Diocesanas, Regional e Nacional (1 a VANPM)
- Primeira viagem do Flau a Alemanha, participação na JMJ.
- Abertura de Diálogo com Bispos e Padres.
- Perseguição a Igreja dos pobres e excluídos na Arquidiocese de Recife.
- Apoio à igreja na Convenção Internacional dos Direitos da Criança
- Reconhecimento da CNBB, pela temática do menor em situação de vulnerabilidade
- Criação da Associação de Educação Católica (AEC)
- Ajudar no Reordenamento institucional de congregações religiosas
- Oferta de formação sobre o ECA, Convenção Internacional etc... aos bispos, padres, irmãs, leigos.
- Influência da PaMen na C.F. de 1987 "Quem acolhe o menor a mim acolhe"
- Formações promovidas pela PaMen a partir das semanas Eucumênicas
- Situações que marcaram a caminhada da PAMEN e exigiram uma profissão de fé:
 - Morte de Dom Luciano Mendes
 - Morte de Dom Helder Câmara
 - Beatificação de Ir. Lindalva
 - Morte de agentes da PAMEN, crianças e adolescentes, vítimas da violência instalada
 - Valorização da mística da PaMen por parte da Igreja (Diocese, Paróquia e comunidade).

Encaminhamento para catequese ou escolinhas religiosas;

Ensaios de músicas religiosas (coral);

Comemorações: celebração de natal, 30 anos da PaMen, etc;

Festa comemorativa da igreja (teatro, música, etc);

Cursos de formação para os pais;

Implantação da PaMen nas dioceses;

Luta contra o Rebaixamento da Idade Penal com a participação da comunidade eclesial;

Protagonismo Infanto-Juvenil;

Capacitação dos agentes na área bíblica;

Apoio da coordenação diocesana através de D. Antonio e Projeto Pe. Ezequiel;

Hino da PaMen;

Produção de subsídios de formação; reflexão;

Sensibilização de agentes, congregações religiosas e igrejas particulares a partir da presença e ação da PaMen;

Presença da CNBB, na PaMen por meio de um bispo referencial, D. Luciano (in memória) e D. Leonardo;

Mobilização e formação de agentes de pastoral

A presença constante dos momentos de mística que anima os trabalhos e perpassa todas as ações da pastoral.

A mobilização constante do clero.

Participação em momentos de mobilização social dentro das Igrejas baseado na Teologia da Libertação e na Mística, a Campanha da Fraternidade de 1987 que junto das propostas em vigor (Medellín, Puebla e Concílio Vaticano II) fizeram da Igreja Católica o melhor lugar para assumir o compromisso de Jesus Cristo "acolher os pequeninos e lutar contra a pobreza".

Abertura ao ecumenismo

Celebração do Aniversário de Dom Luciano e comemoração dos 30 anos da PAMEN.

Bispo Diocesano de Paracatu como Referência Nacional na PAMEN

Profetismo e persistência diante dos desafios.

Execução das atividades dos projetos nos espaços das paróquias e congregações (parceira).

Contribuições da Campanha da Fraternidade refletindo temas que atingem crianças e adolescentes.

Círculos Bíblicos com o tema Crianças e adolescentes

Articulação com outras Pastorais.

Participação de vários padres e irmãos na Pastoral ~~Infância~~

Formação de grupos de base nas comunidades visando efetivação da proposta Família Cidadã.

Apoio de Bispos

A Pastoral só tem sentido se os voluntários usam o sonho do Bom Pastor "De anunciar a palavra"

Luta constante em Defesa da vida

Assembléia Arquidiocesana em defesa da Vida

Evangelização ecumênica;

O fortalecimento das comunidades;

A participação e atuação na comunidade e busca dos sacramentos;

Participação com representantes nos conselhos comunitários, paróquias e diocesano;

Avanços:

Apoio financeiro do Clero e organismos da Igreja (Cáritas)

Apoio das ações diárias, tanto do Clero, religiosos(as), com acompanhamento e orientações;
X Aceitação de educadores e educandos de outras religiões;
X Ações ecumênicas e disponibilização dos espaços físicos para o trabalho com meninos e meninas.

- X Presença dos religiosos
- A participação dos grupos na via sacra da criança e adolescente
- Participação do coral nas celebrações litúrgicas
- Parceira com os seminários
- Diálogo inter-religioso
- X Participação no grito dos excluídos e caminhada pela paz.
- Catequese, batismo e crisma (formação)
- X Sintonia com outras pastorais sociais;
- Atenção e apoio por parte de poderes, principalmente, religiosos;
- Melhor atenção e atuação do novo bispo referencial das pastorais sociais e do regional;
- Maior divulgação do projeto político da PAMEN para o clero;
- X Maior envolvimento da Igreja nas questões relacionadas a adolescência (ssexualidade, gravidez precoce, violência...)
- X Maior abertura da Igreja para a criação de parcerias

Constatações:

- X Falta de apoio da Igreja pois a Pamen nasceu da iniciativa da mesma
- Pamen não tem ligação com outras pastorais porque causa cisma devido ter estruturas adequadas e também é vista como marginalizadas
- A Pamen tem apoio dos "bispos" e os padres só são ligados nas pastorais das Paróquias, pensam que a Pamen seja algo a parte.
- X Discriminação dos membros da comunidade com crianças e adolescentes da Pamen
- Rotatividade das irmãs e padres que prejudica o processo da caminhada da comunidade
- X A diocese deve estar preparada para mobilizar a comunidade para ver a descentralização da Pamen
- X Falta recursos financeiros;
- X Não atuação da Pastoral de conjunto;
- Falta de apoio das bases
- X Fechamento de alguns padres;
- Falta de formação espiritual para agentes em algumas dioceses;
- Falta de acompanhamento e apoio por parte da CNBB.
- Falta de conhecimento e sensibilização.
- Falta de articulação em nível regional.

Desafios:

- Maior firmeza na aliança Igreja x PaMen;
- X Articular, formar e organizar a nível diocesano, paróquial e comunitário a criação de novos grupos da PaMen.
- X trazer para a igreja a valorização da mística, através das citações bíblicas. - que a PaMen garanta a sua essência no momento de fazer parceria. - elaboração de um plano de ação articulado da PaMen a nível regional com o clero - que padres e irmãs tornem-se militantes do eca e outras leis - que a igreja mostre a sua postura diante das questões sociais(ecumenismo, racial),...
- X que haja uma preparação de padres e irmãs sobre a pastoral social, e qual o seu trabalho quando houver rotatividade não atrapalhando a caminhada - maior integração entre igreja e comunidade e os grupos que atual com Cr.Ad.

X Resgatar o social firmando aliança igreja x PaMen
X A igreja e a comunidade precisam conhecer o trabalho da PaMen
X Que seja criada uma linha de ação que possa ser discutida com as pastorais visando uma maior articulação de solução entre as mesmas - A Igreja precisa mostrar a sua postura e resgatar o social (6)

- X - Precisamos ajudar os nossos irmãos, fazer a partilha, resgatar a dignidade das nossas crianças e adolescentes.
- X Sensibilizar a comunidade a não excluir os trabalhos;
- X Sensibilizar, religiosos e a comunidade quanto a importância da PAMEN na igreja;
- X - Aprofundar os estudos de mística, retiros, desenvolvendo no agente mais conteúdo e compromisso religioso;
- X Não há uma priorização por parte da igreja á Pastorais Sociais
- X Não reconhecimento do pastoral do menor em alguma diocese
- X Articulação com Pastorais Sociais, paróquias, Cebs, organismos eclesiais
- X Fortalecer e esclarecer a identidade enquanto Pamen
- X Trabalhos ecumênicos /diálogo inter religioso
- X - Formação e articulação para sensibilização do trabalho voluntário
- X - Opção preferencial pelos pobres
- X - Vivência da Mística do Bom Pastor

Fortalecer:

- X - Relação com Padres e Bispos
- Articulação com outras pastorais - Formação de grupos de base nas comunidades
- Ações ecumênicas motivando a participação de demais religiões na Defesa dos Direitos
- Desenvolver um processo mais aprofundado de conhecimento e emfrosamento da PaMen com as comunidades, paróquias e outros.
- Preparar a Diocese para mobilizar a comunidade para haver a descentralização da PaMen
- Estabelecer coordenações diocesanas da PaMen e Conselhos diocesano;
- Reflexão da mística e da espiritualidade da PaMen;
- Ao compor a estrutura, não pensar só nela, mas o sentido dela existir, sua mística, valor, missão, é um serviço da Igreja e não mais uma ONG;
- Fortalecer o diálogo "ser Igreja" ... ser mais presença nos espaços que já conquistamos;
- Prever momentos de formação... reflexão.
- Mais articulação e sensibilização para que haja mais integração entre as pastorais;
- Conscientizar os padres e se fazer a se fazerem presentes nos diversos espaços e momentos da Igreja;
- Envolver setores da Igreja nas linhas de ação da PAMEN;
- Conhecer a mística e lutar por uma integração;
- Uma melhor articulação entre as pastorais e a PAMEN;
- X Estimular a formação espiritual dos agentes e educadores;
- Inserção ativa da PAMEN na pastoral orgânica da diocese no único projeto evangelizador em defesa da vida.
- Envolvimento dos padres e bispos com a realidade da PAMEN;
- Maior Articulação;
- Integrar-se com outras pastorais sociais;
- Divulgação da PAMEN em outras pastorais, bem como junto ao clero;
- Material informativo cartilha, folder;
- Ação do bispo referência da PAMEN com os demais bispos e destes com os padres;
- Maior comunicação entre as dioceses.

- Motivar formação de agentes nas dioceses e fortalecer no Regional;
- Assento na Assembleia do Povo de Deus;
- Assento no CRP (Conselho Regional de Pastoral) onde é apresentado o trabalho da PaMen
- Presença e atuação na pastoral de conjunto, fortalecendo as redes;
- Ajuda mútua entre educadores agentes e conselheiros;
- Divulgação da Pastoral (torná-la mais conhecida);
- Fortalecer o ecumenismo;
- Fortalecer a comunicação nas dioceses e Regional, Nacional;
- Elaborar um portal de divulgação próprio da Pastoral no Regional;
- Grupo de oração em rede;
- Cultivo da música;
- Participação dos eventos na comunidade, paróquia, diocese, retiros, campanhas da Fraternidade, gritos dos Excluídos, semana Social, e outros eventos.

2. OLHAR SOCIAL

Contribuições:

- Criação da proposta pedagógica de atendimento das Medidas Sócio Educativas e em situação de Rua;
- Trabalho com as famílias e geração de renda;
- Fortalecimento dos trabalhos com as Cáritas;
- Fortalecimento Cultural (Pamencriando);
- Encaminhamentos para Programas de Assistência Social;
- Retirada de documentos de identificação de crianças, adolescentes, pais e mães;
- Inclusão de jovens em cursos e empregos; procura por Cursos profissionalizantes;
- Articulação dos equipamentos sociais;
- Participação na elaboração do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária;
- Fortalecimento das Campanhas Ecológicas;
- Formação de uma Consciência Crítica diante dos MCS;
- Participação na luta contra o Preconceito e Discriminação;
- Participação na Caminhada em busca da Inclusão Social;
- Implementação de Políticas Públicas para o resgate de crianças e adolescentes;
- Desenvolvimento de assistência social realizada nas comunidades com crianças e adolescentes.
- Contribuição no protagonismo infanto-juvenil;
- Acompanhamento familiar;
- Participação nos movimentos – Escola, teatro, grito dos excluídos;
- Fortalecimento e crescimento das entidades de atendimento a Crianças e adolescentes;
- Parcerias com ministério público, universidades (estagiários), secretarias municipais, conselhos tutelares e de direito, escolas, colocar em prática o fundo;
- Sensibilizações;
- Formação continuada dos agentes;
- Visibilidade às ações realizadas; imprensa falada e escrita;
- Resgate dos adolescentes do mundo das drogas e inserção no 1º emprego gerando um sentimento de auto-estima sentindo-se ser social;
- Exercício do controle social sobre as políticas públicas;
- PAMEN como referência no atendimento e modelo para outros segmentos;
- Redução de meninos (as) nas ruas onde existe a presença da PAMEN;

- Participação do encontro nacional de abrigo, (crianças eram encaminhadas para locais inapropriados, após implementação da PAMEN o cenário mudou para melhor);
- Programas de reforço escolar;
- Debate sobre maioridade penal, ECA, trabalho infantil, abuso e exploração sexual, sistema de garantia, orçamento público, geração de renda, provocados pela PAMEN;
- Participação no Mutirão de superação da fome e da miséria;
- Aplicação de diagnóstico para descobrir potencialidades e inserir atividades possíveis, parcerias com MDS, MCT e Desenvolvimento Agrário;
- Formação dos Agentes através da Escola de Fé e Política, referência no país;
- Formação sobre direitos humanos para os agentes, crianças e adolescentes e suas famílias;
- Centros sociais, proporcionando atendimento diferenciado
- A PaMen influencia a sociedade, a ter um novo olhar em relação a crianças e adolescentes.
- Construção dos Programas Sociais (PETI, SENTINELA)
- A PaMen consegue melhorar a educação e diminuir a gravidade dos crimes
- Surgimento de programas públicos assistenciais
- Elaboração do Projeto Político;
- Implantação do Liberdade Assistida Comunitária;
- Participação: semanas sociais, grito dos excluídos, dias temáticos;
- Nascimento dos Fóruns DCA's;
- Participação e acompanhamento aos programas sociais: bolsa família, agente jovem, SENTINELA, PETI;
- Marcha global contra o trabalho infantil; Marcha pela Paz e das Margaridas;
- Comemoração dos 10 anos do ECA;
- Participação nos Programas de Ação Global;
- Os atendimentos realizados por meio dos projetos desenvolvidos.
- A mobilização realizada nos municípios para garantia dos direitos de crianças e adolescentes. (Mobilização e formação de agentes de pastoral)
- Desenvolvimento do programa Família Cidadã.
- Trabalho com adolescentes autores de ato infracional
- Seriedade e transparência no atendimento
- Coleta de Assinaturas, plebiscitos para efetivação da cidadania da criança e do adolescente.
- Em todos os momentos se verifica a participação da Pastoral
- Articulação e participação na campanha de combate contra o abuso e exploração sexual, combate ao trabalho infantil.
- Participação e integração da PaMen com as Pastorais Sociais
- Início da implantação da Escola de Cidadania
- Visitas às famílias dos adolescentes; Trabalho com as famílias; Crescimento intelectual das famílias como um todo;
- Capacitação para voluntário
- Execução das quatro áreas de ação com a iniciativa de acabar com abandono, exploração e qualquer tipo de Violência
- Implantação do Programa de medida sócio-educativo em meio aberto de Liberdade Assistida, e Campanha Diga não às drogas.
- Oficinas pedagógicas;
- Feira de roupas, tendo como moeda sócia 1 material reciclado;
- Resgate cultural;
- Acesso ao mercado de trabalho;
- Resgate da auto-estima;
- Avanços:

Articulação dos equipamentos sociais
Participação na elaboração do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
Acompanhamento familiar
Fortalecimento das campanhas ecológicas
Busca da inclusão

Parceria com outras entidades para formação profissional de jovens para o mercado de trabalho

Visibilidade da Pastoral para a sociedade;

Credibilidade nas ações das crianças e adolescentes;

Encaminhamento dos adolescentes para trabalhos;

Cursos de geração de renda para as famílias;

Exemplo de trabalhos para alguns municípios;

Valorização das famílias;

Parcerias com as Pastorais Sociais e cursos de qualificação profissional para adolescentes.

Aprovação dos alunos, estímulo pedagógico; participação das famílias; formação dos professores.

Constatações:

-Aumento da violência devido a tecnologia, internet, games mortais etc

-Descaso da sociedade e do poder público para com os direitos das crianças e adolescentes, provocando acomodação e empobrecimento

- Falta de amor que prejudica a formação

-Condena-se o egoísmo e o individualismo nas famílias

-Os macro projetos provocam guetos e geram violência

- Falta de comprometimento maior das autoridades e sociedade civil

- Descaso da sociedade e do poder público para com os direitos das crianças e adolescentes, e a falta de abrigos e descaso do estado , provocando acomodação

Desafios:

Encaminhamentos para programas de Assistência Social

Implementação do Plano Nacional de Convivência familiar e Comunitária

Melhor articulação com escolas, movimentos culturais, movimentos sociais e eclesiais

Encaminhamento para o mercado de trabalho

Atendimento direto as crianças e adolescentes em situação de rua e risco

O exercício Protagonismo infanto-juvenil

Divulgação do trabalho da PaMen

Inserção das famílias e jovens nos programas geração de emprego e renda

Conscientização junto da família de como lidar com a evolução da tecnologia

Criar políticas para trabalhar os benefícios e prejuízos oferecidos elas tecnologias realizando palestras e seminários entre jovens e educadores.

Elaborar ou criar política de atendimento para o funcionamento e fiscalização das casas de internet.

Fazer com que haja uma maior integração da PaMen

Fazer com que a sociedade civil organizada e as autoridades tenham maior comprometimento com a implementação das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes

Cumprimento do eça

Maior compromisso das autoridades e sociedade civil

Articulação para implantação da PaMen nas dioceses onde não existe- viabilizar junto as

autoridades competente e sociedade civil debates e questionamentos, propondo um maior comprometimento em defesa da vida

Recursos financeiros e Humanos; estrutura Física; transportes; parcerias com escolas e demais instituições e oferecimento de mais cursos de qualificação profissional.

Fortalecer:

- Formar comissões de pesquisa e desenvolvimento para detectar problemas e projetar ações que os minimizem, cobrando os devidos recursos do poder público

- A sustentabilidade da Pastoral e dos projetos desenvolvidos

- Articulação com as Pastorais Sociais

- A mobilização e formação de novos agentes

- Fazer um trabalho e conscientização junto as famílias para lidar com a evolução da tecnologia

- Maior compromisso das autoridades e sociedade civil.

- Planejamento de urbanização aos arredores dos macros projetos.

- a necessidade de envolvimento das famílias e seus valores cristãos na educação dos filhos

- aprimorar a formação , o compromisso , a postura, a prática e a opção do educador pela causa , para efetivar os objetivos do projeto político, pedagógico, eclesial, místico e social da PaMen.

- Que os educadores da PaMen identifique-se com uma didática humanizada específica para situação do público alvo

-Trabalhar em rede...

- Lutar pela estruturação dos conselhos tutelares;

- Suscitar campanhas de sensibilização da sociedade com parceria com outros grupos e movimentos;

- Formação espiritual das famílias, através de oficinas;

- Fortalecer parcerias, capacitações e datas comemorativas;

- Criar forums DCA nas paróquias da Diocese;

- Maior participação.

- Buscar integração entre as entidades da PAMEN;

- Planejamento estratégico para fortalecer as parcerias;

- Controle social fortalecido através da reflexão conjunta;

- Fortalecer o compromisso dos agentes nas causas de defesa da ideologia da PAMEN;

- Maior divulgação e sensibilização a respeito do mundo infanto juvenil empobrecido, detectando as causas dessas situações de injustiças e miséria;

- Integração;

- Priorizar o trabalho em rede (unir os atores de defesa da vida);

- Protagonismo do público de risco

3. OLHAR POLÍTICO

Contribuições:

Mobilizações, caminhadas e marchas; Participação na marcha Global (DF);
 Criação dos Conselhos de Direitos Municipais, Estaduais e Equipe Interinstitucional;
 Fortalecimento dos Conselhos e Fóruns;
 Participação na formação Política de Crianças e adolescentes;
 Participação nos plebiscitos; Seminários; Fóruns DCA;
 Políticas de atendimento de Medidas Sócio Educativas, através da implantação do Programa Liberdade Assistida Comunitária - Atuação na execução de medidas sócio-educativas
 Representações no Orçamento Participativo;
 Participação em momentos políticos;
 Elaboração e Monitoramento das Políticas Públicas;
 Audiências Públicas;
 Discussão contra a redução da maioridade penal;
 Participação e assento nos conselhos de direitos; nos conselho, assistência social de forma efetiva, consciente e crítica
 Parcerias/Convênios com poder público;
 Conscientização Crítica no direito de votar e no assumir o direito de eleitor; Orientação Política
 Parcerias: Ministério Público; Poder Judiciário; Secretarias de Ação Social; Conselhos.
 Participação: Plebiscitos (Alca e desarmamento);
 Construção do plano de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes;
 Participação forte na:
 - Mobilização na elaboração do Art.227 da Constituição, elaboração e aprovação do ECA; (atuação da Pastoral na implementação do Estatuto e, em seguida na efetivação deste, provocando a criação de conselhos dos direitos em vários dos municípios onde atua e dos conselhos tutelares).
 - Criação das Comissões Pro - Criança nas C. Municipais, Estaduais, Federal e Senado.
 - Pressão para a implementação das políticas públicas
 - Conferências Municipais.
 - No grito dos excluídos
 - Junto às famílias contribuindo para sua politização
 - Na época de 80 a fê e a política conseguiram caminhar juntos
 - Construção do Projeto Político da Pastoral do Menor;
 - Comemoração dos 10 anos do ECA;
 - Participação da Pastoral nos Fóruns e Frentes de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, presença efetiva nos Conselhos de Direitos e Tutelares, atuação junto ao poder público.
 - Atuação junto do poder público na execução de programas como PEPI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Sentinela e outros.
 - Incidência política: Orçamento, criação das Frentes Parlamentares.
 - Atuação ativa na criação e efetivação das políticas de atendimento à criança e adolescente. Ação provocativa.
 - Presença ativa nas Câmaras Municipais e Secretarias Governamentais visando assegurar a criação e efetivação de políticas públicas.
 - Credibilidade da Pastoral nos espaços públicos em virtude de suas ações transparentes e comprometidas.
 - Assessoria e acompanhamento aos Conselhos de Direitos e Tutelares.
 Luta pela criação e execução de políticas públicas
 Firmeza no Foco: na criança e adolescente, Protagonismo infanto-juvenil

Conquista de participação nos espaços institucionais como fóruns, conselhos;
 Negociação/ mediação entre os órgãos públicos;
 A formação das famílias, crianças e adolescentes na luta e exercício da cidadania;
 Intervenção nas políticas públicas (saúde, moradia, educação, e saneamento).

Avanços:

Participação nas audiências Públicas
 Campo de atendimento das Medidas Sócio-Educativas
 Representação nos Orçamentos Participativos
 Participação nos Conselhos de Direito e Assistência Social
 Conscientização crítica no direito de votar
 Participação no plebiscito com discussão nas comunidades
 Orientação política voltada às crianças e aos adolescentes
 Mobilização, caminhadas e marchas em defesa dos direitos
 Participação efetiva nos Fóruns; conquista de acentos nos CMDCA's, CMDH; articulação com entidades através do FEDDCA a fim de lutar por melhorias no sistema de garantia de direitos; cursos de preparação para candidatos a Conselho Tutelar; participação em eventos.

Constatações:

- Mesmo com tantos avanços, em alguns lugares a participação ainda é muito tímida
 - Falham mais projetos que venham fortalecer o trabalho da PaMen.
 - Falta apoio de gestores municipais.
 - A PaMen não tem que perder essência quando fizer convênio com órgãos públicos
 - O governo não está cumprindo o seu papel quando não cria política de atendimento
 - Apesar da luta pelo ECA por parte da sociedade e da PaMen ele ainda não está sendo colocado em prática na sua totalidade.
 - Falta conscientização por parte das comunidades quando negociam seus votos.
 - Não fica claro o papel de cada um dentro dos conselhos
 - O governo fala em inclusão, mas não garante
 - O jogo político se esconde por de trás da luta dos direitos da CRADS.
 - Apesar da luta pelo ECA por parte da sociedade e da PaMen, ele ainda não está sendo colocado em prática na sua totalidade.
 - Poder público não executa as propostas das conferências;
 - Baixos investimentos nas questões das crianças e adolescentes
 - Ausência de políticas básicas: alimentação, saúde, educação, cidadania.

Desafios:

Cobrar e acompanhar a aplicação do Fundo de Direitos da Criança e adolescente
 Criar espaços de formação política para crianças e adolescentes e agentes da Pastoral do Menor
 Ampliar a discussão contra a redução da maioridade penal
 Fortalecimento dos Conselhos de Direito e Assistência Social de forma efetiva
 Formação para elaboração de projetos sociais (captção de recursos) com agentes pastorais
 Conscientização política na valorização de seu voto
 PEPI: ampliação da cobertura do PEPI
 Formação para educadores na perspectiva construtivista
 Formação permanente de Conselheiros de direito e tutelares;
 Formação de candidatos para concorrer aos cargos no Conselho Tutelar.

Conscientização da sociedade quanto ao direito e o dever de estar nos campos de controle social e conhecimento das competências das diversas instâncias;
Maior fiscalização dos recursos públicos;
Distribuição das parcerias Instituição-Estado para não perder o foco da missão;
Cuidado para não ser usado para fins políticos;
Participação mais atuante nos eventos organizados por outras entidades: conferências, encontros, etc.

Fortalecer:

- Relação com poder público – Secretarias e Poder Legislativo
- Incidência no Orçamento Público
- Atuação junto aos Conselhos dos Direitos
- Proporcionar curso de capacitação permanente para os agentes e adolescentes da pamen, sobre os conselhos, fóruns, audiências e outros.
- elaborar projetos de ação para conseguir recursos financeiros e parceria junto ao poder público e sociedade
- mobilização para maior conhecimento do ECA junto ao poder público, sociedade civil.
- inclusão do ECA na grade curricular d ensino.
- Envolver a mídia para mostrar o trabalho desenvolvido pela PaMen
- Mesmo já fazendo parte de muitos conselhos e ter parceiros a Pamen precisa fortalecer mais ainda a sua participação nos conselhos e buscar novas estratégias para garantia de parcerias
- Mesmo já fazendo parte de muitos conselhos e ter parceiros, a PaMen precisa fortalecer mais ainda, a sua participação de forma consciente e crítica, buscando novas estratégias para garantia de parcerias.
- retomar a caminhada teórica e prática entre fé e política;
- maior atuação nos conselhos de forma consciente e crítica
- Dar as mãos e trabalhar junto em projetos para cobrar dos governantes, o que é direito fundamental como: educação, saúde, lazer, cultura
- união das redes sociais
- fortalecer a participação de crianças e adolescentes principais
- a participação da PaMen ainda é muito tímida, é preciso se mobilizar
- precisa melhorar as estratégias de como preparar nossos agentes para intervir com domínio as políticas públicas
- Precisa ficar claro o papel de cada um dentro dos conselhos
- Capacitação para intervenção;
- Como fazer para envolver as comunidades nas políticas públicas (discussão - participação) em seus municípios;
- Propor capacitação em Políticas Públicas no regional;
- Buscar apoio à Pastoral da Mulher Marginalizada em relação ao Abuso e Exploração Sexual;
- Articulação dos Fóruns;
- Articulação dos conselheiros;
- Intervenção/campanhas sobre redução na maioridade penal;
- Capacitar agentes da pastoral em defesa da criança e adolescente nas políticas públicas;
- Intensificar formação dos conselheiros;
- Propor política de atendimento ao adolescente usuário de substâncias químicas;
- Campanhas;

- Capacitação;
- Maior participação nos conselhos;
- Garantir a participação nas audiências públicas do orçamento;
- Fortalecer a participação em todos os níveis nos conselhos e fóruns;
- Mobilizar a sociedade em prol da causa;
- Implantar o ECA;
- Garantir assento da PAMEN nos conselhos, para discutir a política de atendimento;
- Campanhas para divulgar as ações da PAMEN;
- Articular-se com os conselhos estaduais e associações de conselheiros tutelares.
- Presentes na votação nas Leis que venham prejudicar a Criança e o Adolescente (quando o Eca não é compreido)
- Mudança de realidade, deixar o assistencialismo para o compromisso de transformação.
- Reafirmação de verdadeiros valores (resgate da dignidade);
- Dar continuidade na Erradicação do trabalho infantil;
- Contribuição e participação na mudança das leis nacional; (interferência na Política Nacional);
- Fortalecer a participação nos Conselhos de Direito
- Estar atentos aos acontecimentos na área da infância (redução maioridade penal, aborto).
- Fazer campanhas e marchas e outras ações de alerta e reivindicação;
- Criar o dia Nacional da PaMen (dia da vida e morte de Dom Luciano);

4. OLHAR JURÍDICO

Contribuições:

Participação no primeiro encontro nacional de meninos e meninas de rua 1986
Participação, aprovação e aplicação do ECA
Participação ativa da pamen nos conselhos, seminários, conferências, fóruns e afins
Rede de mobilização pelos direitos das CRIADS em situação de exploração sexual comercial na Amazônia
Participação na implantação de CEDECAS
Articulação e mobilização de conselhos tutelares
Participação em audiências públicas para garantia de direitos de crianças e adolescentes
Parceria com o poder público, empresa privada e sociedade civil
Participação ativa da PaMen nos conselhos, seminários, conferências, audiências públicas, fóruns e afins, para garantir os direitos das CRIAD Propostas
Participação ativa da PaMen nos conselhos, seminários, audiências, e outros;
Contribuição na elaboração do ECA;
Parceria com CEDECAS;
Parceria com os movimentos dos Direitos Humanos;
Divulgação e promoção dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes;
Implementação do SINASE;
Denúncias – conselhos tutelares, violência sexual, morte de crianças e adolescentes, trabalho infantil, violência policial, Guarda Municipal e Segurança Privada,
Denúncia de inconstitucionalidade do processo de escolha do Conselho Tutelar;
Entidade jurídica da Pastoral do Menor;
Aproximação da Pastoral com o Ministério Público.
Debates sobre direitos;

Mutirão na escrita do ECA;
Participação na implementação da LDB; LOAS; Conselhos nas três esferas; Conselhos Tutelares;
Pressão da PAMEN com juízes, promotores, defensores para implementação dos conselhos e agilização dos processos;
Integração do poder judiciário com instituições da PAMEN;
Participação na Redação da Lei orgânica do município;
Participação na discussão e elaboração do orçamento público;
Participação no Tribunal dos povos;
Participação na divulgação da Lei 9840 sobre a Corrupção eleitoral;
Plebiscito da dívida externa;
Reformulação das leis que criam os conselhos de direito em função de representatividade, a exemplo de juiz, vereadores, promotores;
Conferências da criança e adolescente, saúde, assistência;
Participação / atuação dos agentes da PAMEN nos Conselhos;
Provocação para reverter recursos / materiais oriundos de TCO's para os conselhos e instituições;
Luta pela Erradicação do trabalho infantil;
Campanha nacional, seminários, palestras, mobilizações e outras ações contra a redução da maioridade penal;
Reconhecimento a nível nacional do programa Liberdade Assistida (eficiência e eficácia) da PAMEN;
Integração de universidades com a PAMEN;
Seminários com presença de juízes, promotores, delegados, defensores, ECA, redução da maioridade e outros;
Criação do conselho da Pessoa com deficiência / provocação em alguns municípios pela PAMEN;
Emendas no ECA provocadas pela PAMEN e movimentos sociais;
Liberdade assistida em parceria com município e o fundo da infância e adolescência do conselho de direitos;
Trabalho preventivo de ronda com agentes de proteção, entre eles membros da PAMEN referendado pelo judiciário;
Capacitação de conselheiros promovido pela PAMEN;
Divulgação gráfica do ECA (distribuição do ECA); Popularização do ECA;
Criação do Conselho Comunitário;
Contribuição na construção do Art. 227, da CF - 88; e Construção do ECA;
Elaboração de relatório da situação da criança e adolescente no Brasil;
Luta contra o rebaixamento da maioridade penal;
Diálogo, aproximação, parcerias com juizado, tribunais, promotorias;
Composição dos Conselhos paritários e tutelares;
Atuação ativa na elaboração e promulgação do Estatuto. A Pastoral do Menor destaca-se por sua atuação direta na elaboração e implementação das diretrizes do Estatuto.
Papel ativo nos conselhos municipais, estaduais e nacional: criação de resoluções, elaboração da normativa para o atendimento as crianças e adolescentes em vários municípios.
Fiscalização no cumprimento das leis (anuncio e denuncia) - caso do promotor de Divinópolis e outros;

Atua acionando o ministério público sempre que necessário para fazer cumprir a legislação
Ação propositiva na elaboração de leis municipais.

Atuação para efetivação do SINASE.

Atua na formação de agentes de Pastoral, conselheiros de Direitos e Tutelares,
Mobilização contra a Redução da Idade Penal.

Assessoria na implementação de Políticas Públicas.

Parceria com o Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude.

Avanços:

Instituição dos direitos das crianças e adolescentes

Aumento da discussão dos direitos humanos

O ECA trouxe a criança e adolescente como prioridade

Visibilidade das denúncias de violência e exploração sexual, conselhos tutelares

Visibilidade do sistema sócio-educativo

Abertura da garantia ao direito à educação

Realização de audiências públicas

Fortalecimento das medidas em meio aberto

Participação nas Conferências de Direito

Parceria com o Conselho Tutelar; parceria com o Juizado da Infância e Juventude e parceria com órgãos do Estado e poder Judiciário e Delegacias.

Surgimento de mais profissionais com uma nova visão do ECA.

Criação de novos Conselhos Tutelares;

Mais capacitação;

Aumento do número de denúncias;

Tomada de consciência;

Criação de parcerias com OG e ONGs;

Constatações:

Desconhecimento do Poder Jurídico com relação ao ECA;

Política de "repressão";

Falta de interesse pela causa da criança e adolescente

Intimidação diante das denúncias;

Insuficiência de profissionais da lei (promotores que atendem em várias comarcas)

Falta de sensibilidade por parte dos operadores da lei para os problemas da infância e do adolescente;

Divulgação, entendimento e aplicação do ECA;

Agilidade no julgamento dos processos dos adolescentes em conflito com a lei;

Falta de informatização dos processos dos adolescentes dificultando o andamento das medidas sócio educativas;

Desafios:

Desmistificação do ECA

Fortalecimento da dignidade da pessoa humana

Qualidade de atendimento dos conselhos tutelares

Aumento da participação dos agentes na discussão jurídica

Garantia ao direito à saúde

Garantia ao direito à educação de qualidade

O Ministério Público e pouco provocado pelos Conselhos Tutelares e agentes da PAMEN

Prevenção ao envolvimento do adolescente em conflito com a lei

- A municipalização das medidas, parceria com a promotoria pública; falta de conhecimento do ECA; falta de informação e contribuição com o poder judiciário, fazendo com que assumam seu papel.

Elaborar um plano de formação para educadores conhecerem Criação de mecanismos para participação mais efetiva dos agentes da PaMen (base), nas discussões, conferências, conselhos, fóruns etc.

Incluir o ECA como grade curricular dentro dos temas transversais

Firmar parcerias com entidades, empresas e órgãos públicos através de projetos que visem resgatar a cidadania das crianças e adolescentes

Desenvolver projetos sociais resgatando a responsabilidade social da sociedade civil, empresas, órgãos públicos etc.

Criar parcerias para melhor conhecimento do eca junto as escolas, família, igreja e órgão público- articular uma parceria com a rede txaj para enfrentamento ao abuso e violência sexual.

Fortalecer:

- A contribuição para a efetivação das diretrizes nacionais do Conanda; SINASE e Plano nacional do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.
- Que o ECA possa estar sendo aplicado e divulgado de maneira adequada;
- Parcerias em audiências públicas para garantir os direitos da Crianças e Adolescentes.
- Rede de mobilização pelos direitos Crianças e Adolescentes em situação de exploração sexual e comercial na Amazônia.
- E deprimente o descaso do Poder Jurídico em relação a Medida de Internação;
- Talvez pensar na Comissão de Direitos Humanos, tem respaldo para intervenções;
- Usar o site do CONANDA para denunciar e até pedir uma intervenção;
- Precisamos usar as ferramentas de denúncias.
- Fortalecer a intervenção do poder jurídico na defesa da criança e adolescente;
- Participação mais qualificada em todos os conselhos de direito;
- Estreitar laços com poder judiciário e promotoria;
- Participação;
- Mais compromisso com o ECA - O AGIR;
- Capacitação das lideranças: sistema de garantia dos direitos;
- Orientar as famílias com relação à justiça;
- Aprofundar o conhecimento, sobre, o ministério público e vara da infância e adolescência;
- Estimular a atuação do judiciário sobre a temática da criança e do adolescente;
- A inclusão do poder como entidade;
- Se articular em rede para garantir e defender os direitos;
- A PAMEN (agentes) ocupar instâncias estaduais como conselho, fórum DCA, Redes e Frentes;
- Capacitação;
- Advogado para assessorar o regional;
- Intervenção junto à instituição judiciária;
- Canal de negociação com as instituições jurídicas;
- Parcerias com as universidades (curso de direito).
- Divulgação das leis e suas execuções, fazer conhecer o Estatuto da Criança e Adolescente;
- Capacitação dos Agentes no conhecimento mais profundo dos direitos e deveres;
- Cobrar dos Municípios o funcionamento das redes;
- Acompanhamento das famílias e adolescentes nos seus direitos